Mestre Estrangeiro, 5 mulheres e 94 Crianças Operárias da Fábrica Bangu, 1892 - organização internacional do trabalho. Combatendo o trabalho infantil – Guia pra educadores. Brasília IPEC, 2001, pp. 24-25;

O início da República no Brasil, em 1889, representa também uma mudança de paradigma nas relações de trabalho. Com o fim da escravidão, os empresários se viram forçados a contratar trabalhadores livres, mas as condições de trabalho em muitos locais beiravam a servidão. O processo de industrialização e surgimento das fábricas implementaram novas formas de trabalho e de organização social. As influências de ideologias estrangeiras, liberais, marxistas e socialistas, começaram a desenhar o perfil do trabalhador brasileiro, das legislações e dos embates travados entre empregados e empregadores.

Houve um relevante desenvolvimento fabril nas regiões sudeste e nordeste, porém a economia brasileira continuou fundamentalmente agrária, com o gado e o café sendo os grandes produtos de exportação. Daí derivou-se a política do café com leite da república velha, que determinou por cerca de 30 anos os movimentos de alternância política entre as oligarquias cafeeiras de São Paulo e pecuaristas de Minas Gerais.

O trabalho no campo e nas cidades começou a contar com uma presença maior de estrangeiros em relação ao período imperial, por conta do incentivo ao processo migratório de europeus para o Brasil, impulsionado pelo governo brasileiro da época. Os trabalhadores nacionais geralmente ocupavam-se do trabalho braçal no chão das fábricas, enquanto a população negra ficou relegada à informalidade nas cidades e ao trabalho nas fazendas, em condições muito semelhantes aos tempos de escravidão.

As rotinas produtivas nas fábricas eram exaustivas, com jornadas longas e em condições insalubres. A busca por mão de obra barata foi a tônica das empresas no início do século XX, e a contratação de crianças e adolescentes foi a solução encontrada pelos empresários para maximizar os lucros. Então, as manifestações em busca de melhorias nas condições de trabalhos começaram a se espalhar. O ano de 1917 ficou conhecido como o período das grandes greves no país, quando vários sindicatos e movimentos operários se organizaram para pleitear direitos trabalhistas.

A fim de evitar convulsões sociais de maiores proporções, diversas legislações sobre questões trabalhistas foram criadas durante a década de 20, garantindo direitos como estabilidade, férias, diminuição da jornada e regulamentação do trabalho de menores. Entretanto, as aplicações das leis muitas vezes falhavam, geralmente por falta do interesse dos empresários em se adaptarem às novas regras ou por falta de fiscalização. Com o fim da política do café com leite e da república velha, marcado pela ascensão de Getúlio Vargas ao cargo de presidente, deu-se início a um processo de criação, ampliação e planificação de direitos trabalhistas, que viriam a culminar na criação da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis Trabalhistas.